



Haroldo Reginaldo Levy Neto*

O País quer condições para crescer

As empresas brasileiras precisam buscar a internacionalização para sobreviver

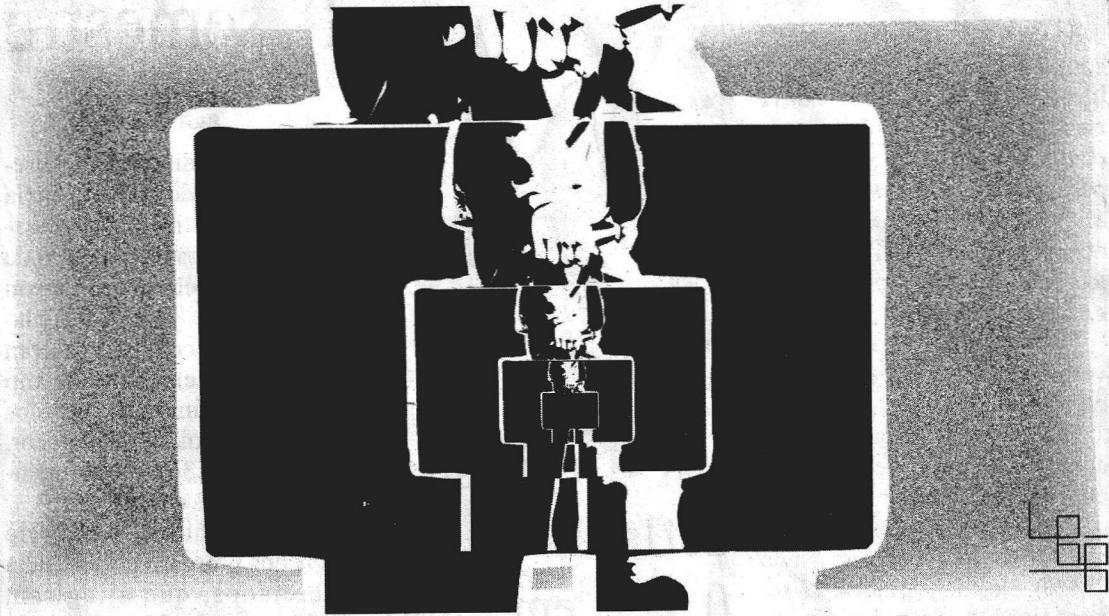
Todos queremos o desenvolvimento de nosso país, o permanente fortalecimento das instituições democráticas, uma distribuição de renda mais justa. Isto tudo, porém, não consiste em objetivos, mas em consequências. Não há como ter desenvolvimento sem uma economia solidamente organizada; as instituições democráticas não sobrevivem sem transparência e credibilidade; e a distribuição de renda mais justa passa, necessariamente, pela educação, pela geração de empregos, pelo acesso ao crédito e ao mercado de capitais.

Pode ser bastante cômodo atribuir toda a responsabilidade sobre estes fatores aos governos – eles certamente a têm e em expressiva parcela – mas devemos ponderar sobre o cenário global em que estamos inseridos e, principalmente, o que todos estamos fazendo a respeito.

Na qualidade de dirigente da Apimec-SP, a entidade que congrega analistas e profissionais de investimento do mercado de capitais, posso dizer que temos acompanhado o esforço das empresas de capital aberto não apenas em gerar desenvolvimento, mas fazê-lo de maneira transparente, expondo a todos suas vitórias e dificuldades, contribuindo para a formação de um mercado de capitais cada vez mais maduro e capacitado.

Somente nos cinco primeiros meses do ano, a Apimec-SP organizou 41 reuniões entre empresas e profissionais de investimentos e investidores para apresentação de resultados e das estratégias de negócios – um número 27% maior do que igual período em 2004.

Se por um lado estes números são animadores, as reuniões em si, por outro, trazem motivos sérios de preocupação: todas as empresas, de diversos modos e em diferentes proporções, foram afetadas, principalmente, por



duas variáveis representativas. Uma delas, a alta taxa de juros praticada no País; a outra, o fato de vivermos uma economia globalizada, que necessita de economia de escala cada vez maior para gerar resultados compatíveis com as taxas de desenvolvimento desejadas para as próprias empresas e para o País e ainda, poder competir com multinacionais gigantes que têm origem, na maioria das vezes, nos países desenvolvidos.

Não é fácil. Em recente seminário internacional promovido em São Paulo pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a Fundação Dom Cabral e a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad), o destaque das discussões foi a necessidade de as empresas buscarem a internacionalização. Sem ela, competir no mercado globalizado de hoje torna-se virtualmente impossível. E isto não diz respeito apenas às grandes empresas. Sem um rápido processo de internacionalização, até mesmo as pequenas e médias empresas tendem a perder espaço no mercado nacional.

Como driblar estes impedi-

mentos? As entidades ligadas ao mercado de capitais têm feito a sua parte, procurando ampliar este mercado, tornando-o mais capaz de atender às demandas dos investidores, preparando melhor os profissionais a ele dedicados, certificando estes profissionais e trazendo credibilidade crescente ao setor. As empresas têm percebido isto e encontrado no mercado de capitais uma fonte importante de recursos e desenvolvimento. Emperram, porém, na escala.

Ao competirem com grandes empresas internacionais, não podem se dar ao luxo de crescer vegetativamente, sob pena de permanecerem sempre como “players” de segunda linha, serem incorporadas ou morrerem. Têm, necessariamente, que investir em aquisições, fusões, projetos conjuntos. E, aí, esbarram no sistema brasileiro de defesa da livre concorrência, que fica com a espinhosa missão de avaliar situações de mercado extremamente complexas. Não bastasse isso, o “timing” necessário a esta análise e decisão é muito diferente daquele imposto pelas necessidades de mercado, o que nos leva a encontrar, apesar de todos os esforços do sis-

tema, casos em que operações existentes de fato há três, quatro anos, ainda não têm um parecer oficial e permanecem em risco, prejudicando o desenvolvimento das empresas e do País.

Que segurança tem uma companhia nestas condições de competir com poderosas empresas internacionais – inclusive com acesso a crédito mais fácil e barato? Como ficam os acionistas/investidores, sem saber que rumo efetivamente vão tomar as suas empresas/investimentos e podendo ser prejudicados por bruscas oscilações nos preços das suas ações?

Nós – as entidades ligadas ao mercado de capitais, bem como as empresas – estamos fazendo nossa parte. A duras penas, mas estamos. Que tal se os governos deixassem de lado um pouco a sanha tributária e regulatória para pensar políticas de desenvolvimento de longo prazo? É hora de pôr em foco os interesses do País, de fortalecer nossa presença internacional, de respeitar o investidor. O resto virá por consequência.

* Presidente da Associação dos Profissionais de Investimento e Mercado de Capitais de São Paulo (Apimec).